

IC - Inquérito Civil n. 06.2009.00002936-2

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, doravante denominado **Ministério Público**; o **MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n. 82.892.282/0001-43, representado por seu Procurador, doravante denominado **Município**; o **INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS**, autarquia municipal, inscrito no CNPJ sob n. 83.469.965/0001-55, representado por seu Superintendente, doravante denominado **Ipuf**; a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**, fundação de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 00.909.972/0001-01, representada por seu Superintendente, doravante denominada **Floram**; **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CACHOEIRA DE SANTO ANTÔNIO I**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 05.558.053/0001-46, com sede na Rua Deputado Walter Gomes, Santo Antônio de Lisboa, nesta Capital, representado por seu síndico Marco Aurélio Bayestorff (conforme Ata de Assembleia Geral de Condomínio anexa), residente Rua Deputado Walter Gomes, n. 660, casa 08, Santo Antônio de Lisboa, portador do CPF n. 004.719.169-43; **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CACHOEIRA DE SANTO ANTÔNIO II e III**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 10.141.467/0001-05, com sede na Rua Deputado Walter Gomes, Santo Antônio de

Lisboa, nesta Capital, representado por sua síndica Lucélia Balza (conforme Ata de Assembleia Geral de Condomínio anexa), residente Rua Deputado Walter Gomes, n. 580, casa 20, Santo Antônio de Lisboa, portador do CPF n. 130.129.968-50, doravante denominados **Condomínios**; nos autos do Inquérito Civil n. 06.2009.00002936-2, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 1985, e art. 91 da Lei Complementar Estadual n. 738, de 2019, e:

CONSIDERANDO a função institucional do Ministério Público de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da Constituição Federal do art. 93 da Constituição do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, III, da Constituição Federal, e art. 5º, *caput*, da Lei n. 7.347, de 1985;

CONSIDERANDO que na defesa de tais interesses e direitos pode o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347, de 1985;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que compete aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual, de acordo com art. 30, IX, da Constituição;

CONSIDERANDO que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem os conjuntos urbanos e

sítios de valor histórico (Constituição da República, art. 216);

CONSIDERANDO que o Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257, de 2001) dispõe que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante diversas diretrizes gerais, dentre elas a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (art. 2º, XII);

CONSIDERANDO que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja a conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, conforme art. 1º, do Decreto-Lei n. 25, de 1937;

CONSIDERANDO que a trilha conhecida como "Caminho do Morro" ou "Caminho de Santo Antônio de Lisboa a Ratoles", ligando Santo Antônio de Lisboa a Ratoles, foi oficializada e protegida pela Lei Municipal n. 5.979, de 2002;

CONSIDERANDO que o "Caminho do Morro" ou "Caminho de Santo Antônio de Lisboa a Ratoles", encontra-se, no extremo oeste, a aproximadamente 325 metros dentro da área verde de lazer (AVL) do Condomínio Residencial Cachoeira de Santo Antônio e que o acesso leste do caminho, em Ratoles, dá-se por um lote que se encontra localizado numa servidão sem denominação, n. 127, com inscrição imobiliária de n. 39.020.48.0542.001-849.

CONSIDERANDO a existência de reclamações sobre o livre acesso ao caminho;

CONSIDERANDO as limitações de circulação e de contato presencial recomendadas para o enfrentamento da pandemia decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (Covid-19), a qual ensejou a edição do Decreto n. 21.545, de 2020, que declara situação anormal, caracterizada como estado de calamidade pública no Município de Florianópolis, cujo prazo foi

prorrogado até o dia 31 de outubro de 2021 pelo Decreto n. 23.015, de 30 de junho de 2021;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA**, mediante as seguintes cláusulas:

1 DO OBJETO

Cláusula 1ª. Este Termo de Compromisso tem como objeto a desobstrução, preservação e regulamentação de uso da trilha denominada "Caminho do Morro" ou "Caminho de Santo Antônio de Lisboa a Ratores", que Santo Antônio de Lisboa a Ratores, oficializada e protegida pela Lei Municipal n. 5.979, de 2002.

2 DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 2ª. O **Ipuf** compromete-se, no prazo de nove meses, a elaborar o inventário do bem cultural identificado como "Caminho do Morro" ou "Caminho de Santo Antônio de Lisboa a Ratores", identificando toda sua extensão e traçado, com início e fim, suas formas de acesso e as propriedades por ela atingidas.

Parágrafo único. O prazo estipulado no *caput* será contado a partir do fim do estado de calamidade pública declarado pelo Decreto n. 21.545, de 2020, e prorrogações subsequentes.

Cláusula 3ª. A **Floram** compromete-se, no prazo de nove meses contado da conclusão do inventário referido na cláusula anterior, a regulamentar o uso da trilha e instalar sua sinalização.

Cláusula 4ª. No processo de regulamentação do uso da trilha, a Floram compromete-se a garantir a participação efetiva das comunidades e proprietários ou possuidores atingidos, mediante a realização de audiências públicas

e análise fundamentada das sugestões recebidas, assegurada ampla publicidade.

Cláusula 5ª. Não será lícito impor restrições ao acesso a trilha, desde que observadas nas normas regulamentares estabelecidas conforme a cláusula terceira.

Cláusula 6ª. Os **Condomínios** comprometem-se a permitir livre acesso ao público em geral, na forma e nas condições disciplinadas na regulamentação elaborada pela **Floram**.

3 DAS CLÁUSULAS PENAIS

Cláusula 7ª. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o **Ipuf** e a **Floram**, ficarão sujeitos a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), respectivamente às obrigações que lhes tocarem, valores a serem revertidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), sem prejuízo de outras medidas judiciais e da execução específica.

Cláusula 8ª. Ficarão os **Condomínios** sujeitos a multa equivalente ao valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser revertido ao FRBL, para cada situação em que, comprovadamente, impedirem o acesso de usuários à trilha de forma injustificada ou contrária à regulamentação elaborada pela **Floram**, sem prejuízo de infração administrativa e de outras medidas judiciais.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 9ª. O **Ministério Público** obriga-se a não agir judicialmente contra os compromissários em relação ao objeto deste ajuste, enquanto ele for cumprido.

Cláusula 10. As partes elegem o foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos decorrentes deste Termo de Compromisso.

Cláusula 11. O presente Termo de Compromisso a será eficaz a

partir de sua assinatura.

Por estarem assim compromissados, firmam este Termo, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, conforme art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 1985.

O descumprimento de qualquer das cláusulas previstas neste Termo de Compromisso poderá acarretar sua imediata execução judicial pelo **Ministério Público**.

Florianópolis, 26 de agosto de 2021.

Rogério Ponzi Seligman
Promotor de Justiça

Rafael Polleto dos Santos
Procurador-Geral do Município

Beatriz Campos Kowalski
Superintendente da Floram

Carlos Leonardo Costa Alvarenga
Superintendente do IPUF

Lucélia Balza
**Síndica dos Condomínios
Residenciais Cachoeira de Santo
Antônio II e III**

Marco Aurélio Bayestorff
**Síndico do Condomínio Residencial
Cachoeira de Santo Antônio I**